Editor: Carlos Alexandre de Souza
carlosalexandre.df@dabr.com.br
3214-1292 / 1104 (Brasil/Política)

COMBATE AO CRIME

País bate recorde em mandados de prisão

Polícias cumpriram mais de 251 mil ordens até outubro. Especialistas, porém, defendem medidas que vão além das celas

» CAETANO YAMAMOTO*

Entre janeiro e outubro de 2026, o Brasil registrou o cumprimento de 251.100 mandados de prisão, o maior número desde o início da série histórica, em 2019. O resultado representa 1.144 a mais do que nos mesmos meses do ano anterior, quando foram contabilizados 249.956 cumprimentos. Os dados são de um levantamento da Secretaria Nacional de Segurança Pública (Senasp), do Ministério da Justiça e Segurança Pública (MJSP), elaborado a partir das informações encaminhadas pelas forças de segurança estaduais ao Sistema Nacional de Informações de Segurança Pública (Sinesp).

Segundo o estudo, o número de mandados apresenta crescimento anual consecutivo desde 2020, quando foram registrados 165.174 cumprimentos entre janeiro e outubro. Em 2024, o total chegou a 232.849, avançou para 249.956 em 2025, e alcançou 251.100 em 2026.

Para o secretário nacional de Segurança Pública, Chico Lucas, a integração entre União e estados é fundamental para ampliar a capacidade de atuação das forças policiais. "O cumprimento de mais de 251 mil mandados de prisão mostra a dimensão do trabalho realizado pelos estados e reforça a importância da integração. Com o Brasil Contra o Crime Organizado, avançamos no compartilhamento de inteligência, nas operações conjuntas e no enfrentamento às estruturas que sustentam as organizações criminosas", destacou.

Contudo, de acordo com a coordenadora-executiva da Rede Justiça Criminal, Janine Salles de Carvalho, o aumento no cumprimento de mandados de prisão não pode ser interpretado, sozinho, como um avanço na eficiência investigativa das polícias. Para ela, o que os dados mostram é que mais ordens judiciais foram executadas, mas não diz quantos crimes foram esclarecidos ou quantos mandados estavam pendentes há anos.

"Analisando os dados, observamos que, enquanto o governo apresenta o maior número de mandados cumpridos desde 2019, as apreensões de armas de fogo atingiram o menor índice dessa série histórica. Assim como, embora as mortes violentas estejam diminuindo no país, outras formas de violência continuam crescendo, como os feminicídios e a letalidade policial", ressaltou.

Entre janeiro e outubro, foram apreendidas 84.564 armas de fogo em todo o país, 6,2% a menos do que no ano anterior.

Regiões

O Nordeste foi a região que apresentou o maior crescimento proporcional no cumprimento de mandados de prisão entre janeiro e outubro de 2026, com aumento de 6,8% em relação ao mesmo período do ano anterior. Ao todo, foram cumpridos 49.402 mandados na região. Já o Sudeste registrou o maior volume absoluto, com 107.338 mandados cumpridos, crescimento de 5,8%. No Centro-Oeste, foram 27.831 cumprimentos, aumento de 3,6%. Já o Norte contabilizou 18.195 mandados, redução de 5,7%, enquanto o Sul registrou 48.334, queda de 13,7% em comparação com 2025.

Segundo Carvalho, as diferenças regionais precisam ser analisadas considerando que as dinâmicas da violência e do crime organizado são distintas entre os estados brasileiros. De acordo com ela, o Nordeste tem vivenciado a expansão de facções de atuação nacional, como o PCC e o Comando Vermelho, que competem por território com facções locais. "Essas disputas contribuem para os elevados índices de violência letal na região, que, apesar da redução recente dos homicídios, ainda concentra as 10 cidades mais violentas do país, de acordo com o último Anuário de Segurança Pública", destacou.

A especialista diz que, no Norte, a presença de facções também está associada ao controle de rotas do tráfico. Já no Sudeste, especialmente em São Paulo, a consolidação do domínio de uma organização criminosa ajuda a pensar em como a redução dos homicídios pode coexistir com o fortalecimento do crime organizado. "Ela pode, inclusive, refletir a consolidação do domínio territorial de uma organização criminosa, e não necessariamente o sucesso de uma política de segurança. Por isso, mais importante do que saber quantas pessoas foram presas é compreender quem está sendo preso, por quais crimes e com quais resultados", concluiu Carvalho.

Pixabay / Reprodução



Levantamento do Ministério da Justiça mostra que o número de mandados aumentou continuamente desde 2020, que registrou 165 mil

Facções

Outro ponto de destaque é o enfrentamento ao crime organizado, que, por meio de operações, tem causado um prejuízo estimado em R$ 8,6 bilhões às organizações criminosas, com 61.673 pessoas presas.

Para o delegado Anchieta Nery, a atuação integrada permite ampliar o alcance das operações e atingir diferentes estruturas utilizadas pelas organizações criminosas. "O enfrentamento ao crime organizado exige uma atuação que vá além das prisões. Precisamos interromper as rotas de tráfico, apreender armas e drogas, identificar lideranças e retirar dessas organizações os recursos que financiam suas atividades. O Brasil Contra o Crime Organizado fortalece essa estratégia ao reunir inteligência, planejamento e capacidade operacional das forças de segurança", afirma.

A especialista diz que, sem a devida triagem entre presos provisórios de baixa periculosidade e lideranças criminosas, o Estado acaba fortalecendo o recrutamento das facções dentro dos presídios. "O Brasil convive há décadas com um sistema prisional marcado pela superlotação e por violações de direitos. Foram essas condições, inclusive, que criaram as facções criminosas. E novas entradas fortalecem a atuação delas, uma vez que sabemos que essas organizações encontram no sistema prisional espaço para recrutamento, expansão de influência e controle sobre a população privada de liberdade", apontou.

A coordenadora ainda explica que esse controle pode acontecer, inclusive, pela dependência econômica, já que, em unidades onde o Estado não garante nem condições básicas de sobrevivência, pessoas privadas de liberdade podem recorrer às facções para obter alimentos, produtos de higiene, medicamentos e segurança.

Estagiário sob a supervisão de Victor Correia

ANVISA

Novo remédio contra câncer de mama

» RAFAELA BOMFIM

A Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) aprovou o registro de um novo medicamento para o tratamento do câncer de mama. A decisão foi publicada no Diário Oficial da União (DOU) de ontem.

O medicamento Hertuzo, que tem o pertuzumabe como princípio ativo, foi aprovado para o tratamento de pacientes com câncer de mama HER2-positivo. A indicação contempla casos metastáticos, quando a doença se espalha para outras partes do corpo, e de câncer inicial. Nos casos metastáticos, o produto deve ser utilizado em associação com trastuzumabe e docetaxel, enquanto, no tratamento inicial, deve ser combinado com trastuzumabe e quimioterapia.

Segundo a Anvisa, o Hertuzo recebeu registro como biossimilar do Perjeta, medicamento biológico que também utiliza o pertuzumabe. A agência explicou que essa categoria exige a comprovação de elevada similaridade entre os produtos em relação à qualidade, à segurança, à eficácia e à imunogenicidade, que corresponde à capacidade de provocar uma resposta do sistema imunológico.

Freepik



Hertuzo foi aprovado para pacientes com subtipo agressivo do tumor

"Nessa via regulatória, a aprovação é fundamentada na demonstração de elevada similaridade entre o biossimilar e o produto de referência em termos de qualidade, segurança, eficácia e imunogenicidade (capacidade de provocar uma resposta do sistema imunológico)", disse o órgão, em nota.

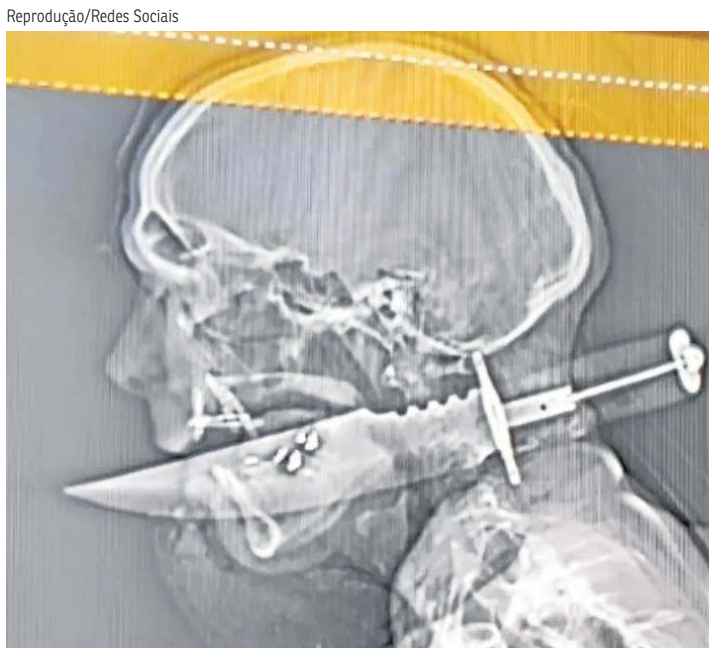
Além disso, outra decisão publicada ontem, envolvendo fármacos, amplia o uso do Imfinzi (durvalumabe) para adultos com câncer de bexiga músculo-invasivo que não podem receber quimioterapia à base de cisplatina ou que recusaram esse tratamento. A indicação prevê a associação com enfortumabe vedotina antes da cirurgia e a continuidade com durvalumabe isolado após a cistectomia radical, que é um procedimento médico que remove a bexiga, linfonodos e estruturas próximas à região, para eliminar o foco da doença e impedir que ela se alastre para outros tecidos do corpo.

Recolhimento

Na mesma publicação, a Anvisa determinou o recolhimento do xampu em barra anticaspa DC Biocosméticos, fabricado pela Argila Indústria e Comércio de Cosméticos. De acordo com a agência, o produto apresenta indicação para o público infantil, o que não é permitido sem autorização específica do órgão. A medida proíbe a fabricação, a distribuição, a divulgação e o uso de todos os lotes com essa indicação.

Segunda chance

Reprodução/Redes Sociais



A Polícia Civil de Minas Gerais anunciou, ontem, que a mulher suspeita de esfaquear o próprio esposo no pescoço em Machado (MG) teve a prisão preventiva decretada e seguirá detida no Presídio de Alfenas. Sueli Maria de Oliveira, de 45 anos, atacou Alessandro José de Oliveira, de 48, no dia 14 de novembro. A vítima foi socorrida e sobreviveu à facada. Sueli, por sua vez, fugiu do local e foi localizada por familiares em uma mata, onde foi presa em flagrante. De acordo com testemunhas ouvidas pela polícia, ela tem histórico de esquizofrenia e toma remédios controlados. A motivação do crime ainda está sendo apurada. Após a facada, Oliveira passou por uma cirurgia para reconstrução da face no Hospital Universitário Alzira Velano. Apesar da gravidade do ferimento, ele já teve alta e se recupera em casa.